



ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2024

**CONSTRUINDO UMA PONTE PARA O AMANHÃ:
INVESTIR NO SETOR PRODUTIVO E NO CAPITAL SOCIAL**



ELEMENTOS INFORMATIVOS

VOLUME III: PLANO ANUAL DE INVESTIMENTO ESTRATÉGICO

Índice

Introdução	1
Avaliação da Situação Atual.....	2
<i>Panorama económico de Timor-Leste</i>	2
<i>Principais indústrias e setores com potencial de crescimento</i>	3
Acelerar o Plano Estratégico de Desenvolvimento.....	4
<i>Plano Estratégico de Desenvolvimento: Resumo das estratégias, ações e metas</i>	5
Prioridades de Investimento.....	17
<i>Resumo dos investimentos prioritários</i>	17
Facilitadores de Investimento.....	28
<i>Quadros jurídicos e regulamentares de apoio</i>	28
<i>Reforço das capacidades e desenvolvimento dos recursos humanos</i>	29
<i>Incentivos financeiros e mecanismos de apoio aos investidores e às empresas locais</i>	30
Planeamento, Acompanhamento e Avaliação da Implementação.....	31
<i>Planos estratégicos integrados dos Ministérios</i>	31
<i>Alinhamento entre PED, PEI e Planos Estratégicos do Ministério</i>	32
Gestão de Riscos	32
Próximos passos.....	33
<i>Monitorização e avaliação</i>	33

Introdução

O **objetivo geral** do Plano Estratégico de Investimento para Timor-Leste é promover o desenvolvimento económico sustentável e reduzir a pobreza no país. Visa atrair investimentos estrangeiros e nacionais em setores-chave, como a agricultura, o turismo, a indústria transformadora e os serviços. O plano visa criar oportunidades de emprego, melhorar as infraestruturas, diversificar a economia e melhorar o nível de vida em geral do povo timorense. Além disso, visa fortalecer a governação, melhorar o ambiente de negócios e promover parcerias com investidores internacionais e parceiros de desenvolvimento.

O **objetivo** do Plano Estratégico de Investimento é fornecer um roteiro e um quadro para atrair e promover investimentos estratégicos no país. Tem como objetivo orientar e priorizar as decisões de investimento para alcançar um crescimento económico sustentável, reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar do povo timorense. O plano centra-se na identificação de setores-chave e projetos com potencial para contribuir significativamente para o desenvolvimento do país, criar oportunidades de emprego, melhorar as infraestruturas e diversificar a economia. Visa igualmente melhorar o ambiente empresarial, reforçar a governação e promover parcerias com investidores e parceiros de desenvolvimento nacionais e internacionais. No geral, o objetivo do plano é impulsionar a transformação económica e garantir o desenvolvimento inclusivo e sustentável em Timor-Leste.



Avaliação da Situação Atual

Timor-Leste tem uma história complexa, marcada pela colonização e luta pela independência. Timor-Leste conquistou finalmente a sua independência em 2002, tornando-se a mais recente nação soberana à data.

O país cobre uma área de aproximadamente 14.874 quilómetros quadrados (5.743 milhas quadradas). Consiste na metade oriental da ilha de Timor, bem como das ilhas mais pequenas de Ataúro e Jaco (e do enclave de Oécusse-Ambeno). O país tem uma paisagem diversificada, incluindo regiões montanhosas, vales férteis e uma longa costa com belas praias. A população estimada de Timor-Leste é de cerca de 1,3 milhões de pessoas.

Timor-Leste está classificado como um país de rendimento médio-baixo. A sua economia depende fortemente das receitas do petróleo e do gás, que representam uma parte significativa do seu PIB. No entanto, o país enfrenta desafios económicos devido à volatilidade dos preços do petróleo e à sua forte dependência destes recursos. Foram envidados esforços para diversificar a economia através da promoção de sectores como a agricultura, o turismo e a indústria transformadora. Timor-Leste tem feito progressos na redução das taxas de pobreza, na melhoria das infraestruturas e na prestação de serviços básicos, mas o país ainda enfrenta desafios de desenvolvimento e uma necessidade de crescimento económico sustentado e, portanto, a necessidade de uma série de investimentos estratégicos para acelerar o desenvolvimento económico necessário para permitir que a economia avance para um caminho de desenvolvimento futuro mais sustentável, livre de dependência apenas dos recursos minerais.

Panorama económico de Timor-Leste

Historicamente, Timor-Leste tem confiado na despesa pública a condução da sua economia, resultando em grandes défices orçamentais. O défice orçamental relativo ao PIB não petrolífero em 2022 foi de 61%. Este foi financiado através de saldos de caixa, empréstimos concessionais, apoio orçamental direto dos doadores e levantamentos excessivos (acima do RSE) do Fundo Petrolífero.

Os levantamentos excessivos do Fundo Petrolífero são a principal fonte de financiamento do défice orçamental. Como evidenciado pelo orçamento rectificativo para 2023, aprovado recentemente, o Fundo Petrolífero financiou consistentemente mais de 70% do orçamento nos dez anos anteriores. Portanto, a chave é usar esses fundos sabiamente para estimular o crescimento económico futuro em toda a economia e, através disso, afastar-se da dependência do Fundo Petrolífero. Ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de manter mecanismos críticos de proteção social e serviços sociais para o povo de Timor-Leste.

Após as eleições, prevê-se que uma combinação de inflação elevada e má execução orçamental leve a que com que o crescimento do PIB caia para 2,2% em 2023. Até 31 de outubro de 2023, o Governo já tinha gastado 1,05 mil milhões de dólares.

Devido à elevada taxa de inflação, são necessários mais investimento e consumo para produzir os mesmos resultados de crescimento. A taxa média de inflação em 2023 deverá ser de 8,3%, o que significa que, para atingir o mesmo nível de PIB real ou ajustado à inflação, as contribuições combinadas da despesa dos setores público, privado e externo para a economia devem aumentar pelo menos 8,3%.

À medida que a economia continua a recuperar da pandemia da covid-19, prevê-se um crescimento positivo do consumo privado, apesar da diminuição da despesa pública. Estimativas preliminares do Instituto Nacional de Estatística (INETL) apontam também para um aumento das remessas de cidadãos timorenses empregados no estrangeiro em 2023.

As remessas provavelmente aumentaram como resultado da redução das restrições globais de viagens, dando aos cidadãos timorenses mais oportunidades de trabalhar no exterior. Na mesma linha, os dados

dos serviços de imigração do primeiro semestre de 2023 indicam um aumento de 129% no número de vistos de visitantes concedidos. As perspectivas de crescimento e investimento do setor privado em 2023 deverão ter um impacto positivo devido ao aumento do turismo.

Assim, mesmo com a queda prevista nos gastos do Governo, ainda se espera um crescimento económico positivo em 2023.

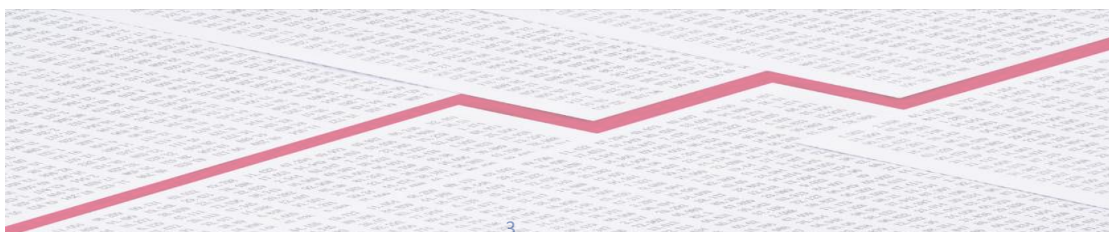
O IX Governo constitucional fixou uma meta mínima de crescimento de 5% para o PIB real não petrolífero para os anos de 2024 a 2028. Serão necessários aumentos significativos nas despesas públicas, com ênfase no investimento em infraestruturas humanas e físicas, para atingir este objetivo de crescimento.

Serão necessários gastos direcionados em investimentos de alta qualidade, além de iniciativas governamentais que apoiem a expansão do setor privado para superar essa marca e chegar aos 5%, as quais serão discutidas mais detalhadamente na seção subsequente.

Principais indústrias e setores com potencial de crescimento

Timor-Leste precisa de superar vários desafios, tais como infraestruturas limitadas, um mercado interno relativamente pequeno, restrições de capacidade institucional e estabilidade política para realizar plenamente o seu potencial. Embora enfrente atualmente vários desafios em termos de desenvolvimento e diversificação da sua economia, existem algumas indústrias e setores chave que têm potencial de crescimento no país:

1. **Petróleo e Gás:** Timor-Leste tem reservas offshore significativas de petróleo e gás. O Mar de Timor contém vastos recursos, e o país tem vindo a investir no setor há vários anos. A exploração, produção e exportação contínuas de petróleo e gás podem contribuir significativamente para o crescimento económico do país. O desenvolvimento das indústrias de processamento em terra e de upstream que isso gera também pode contribuir significativamente para o desenvolvimento do país como um todo.
2. **Agricultura e Pescas:** O país tem terras férteis e um litoral que oferece um grande potencial para os setores agrícola e pesqueiro. Com o desenvolvimento de infraestruturas, tecnologia e formação adequadas, Timor-Leste pode aumentar a sua produtividade agrícola e as exportações de café, arroz, milho, peixe e outros produtos agrícolas.
3. **Turismo:** Timor-Leste tem um património cultural rico, belas paisagens e praias imaculadas. O setor do turismo tem um potencial de crescimento significativo, atraindo turistas internacionais para explorar as belezas naturais, locais históricos e tradições culturais do país. A melhoria das infraestruturas, a promoção do ecoturismo e investimento em serviços de hotelaria podem ajudar a desenvolver o sector.
4. **Construção e Infraestruturas:** Timor-Leste precisa de um desenvolvimento significativo de infraestruturas, incluindo estradas, portos, aeroportos e serviços públicos. O investimento em projetos de construção e infraestruturas pode criar emprego, impulsionar a atividade económica e melhorar o desenvolvimento global do país.
5. **Energias Renováveis:** Sendo um país fortemente dependente de combustíveis fósseis importados, Timor-Leste tem vindo a explorar fontes de energia renováveis como a energia solar, eólica e hídrica. O desenvolvimento de projetos de energias renováveis pode reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, promover a sustentabilidade e criar oportunidades de investimento e de criação de emprego.
6. **Educação e Formação:** Investir na educação e na formação é crucial para o desenvolvimento global de Timor-Leste. O país precisa de profissionais qualificados em vários setores para impulsionar o crescimento económico e reduzir o desemprego. O desenvolvimento de programas de formação profissional, instituições de ensino superior e a promoção da aprendizagem ao longo da vida podem ajudar a formar uma mão de obra qualificada e a atrair investimento.



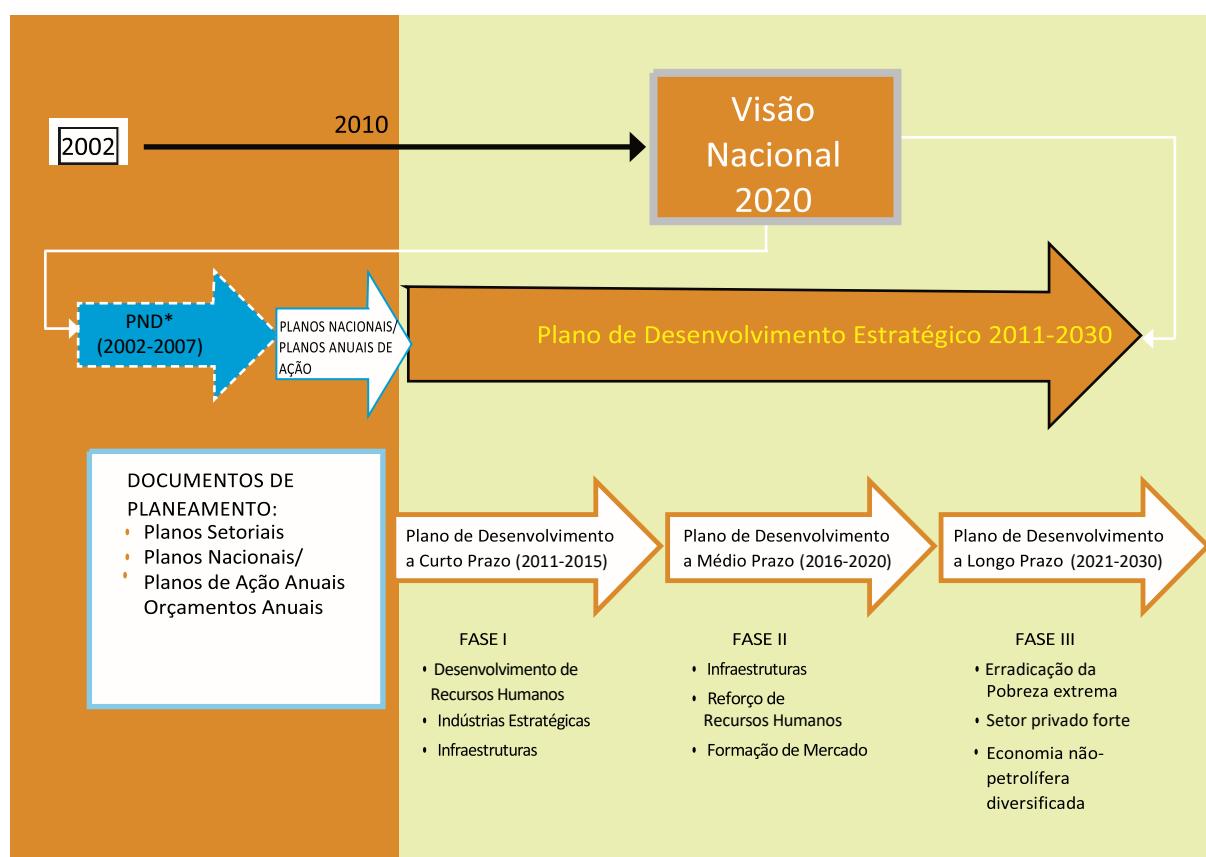
Acelerar o Plano Estratégico de Desenvolvimento

O objetivo do PED é o de continuar a centrar-se nos objetivos e ambições do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Timor-Leste 2011-2030.

No entanto, desde que esse documento foi escrito, o país enfrentou muitos desafios, incluindo instabilidade política, COVID e desastres naturais. Em resultado, embora as metas do plano de desenvolvimento de curto prazo tenham sido amplamente cumpridas, houve poucos progressos desde 2016 até à presente data e, portanto, será necessária uma aceleração do investimento, caso Timor-Leste ainda pretenda alcançar a sua visão conforme definida no PED.

O diagrama abaixo mostra o plano original de implementação inerente ao PED – no entanto, a fase 2 não produziu os resultados esperados, e já estamos no segundo ano da fase 2.

Gráfico 1 Preparação do Plano Estratégico de Desenvolvimento



*PND = PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O PED foi dividido em cinco componentes principais, a saber:

1. Capital Social
2. Desenvolvimento de Infraestruturas
3. Desenvolvimento Económico
4. Quadro institucional
5. Orientação macroeconómica

Não se registou uma comunicação sistemática relativamente a estes indicadores, pelo que não foi possível fornecer uma atualização pormenorizada dos progressos alcançados até à data. No entanto, a secção seguinte apresenta o quadro de indicadores de forma resumida.

Plano Estratégico de Desenvolvimento: Resumo das estratégias, ações e metas

O quadro seguinte destaca as principais ações e metas que deveriam ser atingidas.

Capital Social	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)	
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO				
<p>Até 2030, o povo de Timor-Leste será educado e conhecedor, capaz de viver vidas longas e produtivas, e terá acesso a uma educação de qualidade que lhe permitirá participar no desenvolvimento económico, social e político da nossa nação.</p>	<p>Pelo menos metade de todas as crianças, rapazes e raparigas timorenses, entre os três e os cinco anos de idade, estarão matriculadas e a receber educação pré-escolar de qualidade</p> <p>Será desenvolvido um novo currículo nacional do ensino pré-primário, com programas de formação de professores e guias de aprendizagem aprovados</p>	<p>Terá sido desenvolvida e implementada uma política de inclusão social na educação</p> <p>A UNTL terá sido alargada a sete faculdades</p>	<p>Todas as crianças dos 442 sucos do país terão acesso a uma pré-escola ou sala de aula de boa qualidade localizada a uma distância razoavelmente curta de suas casas</p> <p>Todas as crianças completarão com êxito um curso completo de educação básica de qualidade, a fim de progredir para o ensino secundário</p>	
	<p>Ensino básico de qualidade estará disponível para 93% das crianças timorenses</p>	<p>Timor-Leste terá um sistema abrangente e integrado de ensino superior</p>	<p>Todas as crianças terão a oportunidade de completar um curso completo de ensino secundário de qualidade</p>	<p>Todas as crianças terão a oportunidade de completar um curso completo de ensino secundário de qualidade</p>
	<p>Terá ocorrido uma mudança de paradigma na qualidade e relevância do ensino secundário, permitindo aos alunos adquirir as competências práticas para entrar no mercado de trabalho ou aprender os conhecimentos científico-humanísticos fundamentais necessários para prosseguirem estudos no ensino superior</p> <p>O analfabetismo em todas as faixas etárias da população terá sido reduzido e a introdução do Programa Nacional de Equivalência terá sido concluída, permitindo a conclusão acelerada do ensino básico para todos os diplomados do ensino recorrente</p>	<p>O novo sistema nacional de normas, registo e qualificações será alargado a todos os municípios</p>	<p>Os graduados do sistema de ensino superior terão as competências e conhecimentos avançados necessários para analisar, projetar, construir e manter a infraestrutura social e económica de Timor-Leste</p>	<p>Os graduados do sistema de ensino superior terão as competências e conhecimentos avançados necessários para analisar, projetar, construir e manter a infraestrutura social e económica de Timor-Leste</p>
	<p>Terá sido desenvolvido um Plano de Educação e Formação Técnica e Profissional</p>	<p>Um Compromisso Nacional de Formação terá sido implementado, proporcionando novas oportunidades de formação em Timor-Leste</p>	<p>Todas as pessoas que tenham ultrapassado a idade normal da escolaridade ou que não tenham frequentado a escola terão a oportunidade e o acesso ao ensino básico e secundário completos</p>	<p>Todas as pessoas que tenham ultrapassado a idade normal da escolaridade ou que não tenham frequentado a escola terão a oportunidade e o acesso ao ensino básico e secundário completos</p>
		<p>Uma Política Nacional de Conteúdo de Trabalho estará em vigor, garantindo que as empresas internacionais e nacionais ofereçam oportunidades de formação</p> <p>Terão sido feitos investimentos significativos na construção de estruturas de formação e no desenvolvimento dos recursos humanos no sector da formação profissional</p>		

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
SAÚDE		Um Centro de Emprego e Orientação Profissional terá sido estabelecido em cada distrito para facultar serviços e aconselhamento em matéria de emprego	
		O sistema de formação e ensino profissional proporcionará a Timor-Leste as pessoas qualificadas de que precisamos para continuar a construir a nossa nação	
		Serão implementadas medidas abrangentes para garantir o direito à educação de grupos socialmente marginalizados e para permitir a equidade de oportunidades educacionais, independentemente da etnia, língua, estatuto socioeconómico, religião, género, saúde (HIV), deficiência ou localização (urbana / rural)	
	Até 2030, Timor-Leste terá uma população mais saudável como resultado de serviços de saúde abrangentes e de alta qualidade acessíveis a todos os timorenses. Por sua vez, isso terá reduzido a pobreza, aumentado os níveis de rendimento e melhorado a produtividade nacional.	Sucos com uma população entre 1.500 e 2.000 habitantes que sejam localizados em áreas muito remotas serão atendidos por Postos de Saúde que oferecem um pacote abrangente de serviços A prestação de serviços de saúde por prestadores privados e pelo sector sem fins lucrativos será plenamente regulamentada e estará em conformidade com o sistema público de cuidados de saúde 70% das mulheres grávidas receberão cuidados pré-natais pelo menos quatro vezes e 65% das mulheres terão um parto assistido 90% das crianças serão imunizadas contra poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e hepatite B Haverá uma maior sensibilização para o VIH/SIDA, a tuberculose, a malária e outras doenças transmitidas por vetores 80% dos surtos de malária serão controlados	Todos os Postos de Saúde contarão com: pelo menos um médico, duas enfermeiras e duas parteiras Haverá um Posto de Saúde para cada 1.000 a 5.000 pessoas Os centros de saúde submunicipais prestarão assistência a entre 5.000 e 15.000 pessoas e gerirão aproximadamente quatro Postos de Saúde As aldeias a mais de uma hora a pé de um posto de saúde terão uma parteira ou agente comunitário de saúde da aldeia local que tenha sido treinado pelo Ministério da Saúde Serviços de saúde cardíaca, renal e paliativa estarão disponíveis no Hospital Nacional

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
	90% dos edifícios do Ministério da Saúde terão acesso a eletricidade, água e saneamento básico	Serviços de saúde cardíaca, renal e paliativa estarão disponíveis no Hospital Nacional 54 centros de saúde municipais estarão localizados em municípios que não têm hospitais A tónica passará dos cuidados primários para a prestação de cuidados de saúde especializados	
INCLUSÃO SOCIAL	Estará em vigor um sistema universal contributivo de segurança social que garante uma pensão a todos os trabalhadores timorenses	A proporção de mulheres na função pública e no Parlamento Nacional terá atingido pelo menos um terço	Timor-Leste será uma sociedade justa em termos de género, onde a dignidade humana e os direitos das mulheres são valorizados, protegidos e promovidos pelas nossas leis e cultura.
Até 2030, Timor-Leste será uma nação forte, coesa e progressista, onde os direitos e interesses dos seus cidadãos mais vulneráveis são protegidos.	Estará operacional uma Lei sobre os Cuidados prestados a Órfãos e a Adoção, bem como outras medidas de apoio às crianças vulneráveis Mais 40% das crianças com deficiência estarão inscritas no ensino básico	75% das raparigas timorenses vão concluir um curso completo de Educação Básica de qualidade O Estado continuará a expandir os programas e projetos que apoiam e homenageiam os nossos veteranos e as suas famílias Uma extensa pesquisa da história da luta de libertação nacional será preservada e celebrada pelo nosso povo Em Díli será construído um Centro Nacional de Juventude e funcionário Centros de Juventude polivalentes nas zonas rurais	
	Terá sido desenvolvido um pacote de rede de segurança social para famílias vulneráveis Um programa abrangente de assistência estatal continuará a garantir que os veteranos vivam com dignidade e segurança económica, e que os seus filhos tenham oportunidades de ter sucesso na nação que os seus pais lutaram para libertar Será incorporado um currículo revisto "favorável à igualdade de género" em todos os níveis do sistema educativo de Timor-Leste Terá sido criado um Fundo para a Juventude que apoiará projetos que apoiem os jovens e o seu desenvolvimento		
MEIO AMBIENTE	Uma Lei de Bases do Ambiente constituirá o quadro jurídico para proteger e conservar o ambiente	70% dos Programas Nacionais de Adaptação de Ações no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas terão sido implementados.	Timor-Leste terá uma extensa rede de parques nacionais terrestres e marinhos que protejam amostras representativas da nossa biodiversidade

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
<p>Até 2030, será restabelecido o forte vínculo entre o povo timorense e o ambiente, sendo os nossos recursos naturais e o nosso ambiente geridos de forma sustentável em benefício de todos.</p> <p>CULTURA E PATRIMÓNIO</p> <p>Até 2030, Timor-Leste terá um setor de indústrias criativas vibrante que dará um contributo muito significativo para a nossa economia e para o nosso sentido de identidade nacional.</p>	<p>Estarão operacionais uma Autoridade Nacional Designada para os Mecanismos do Protocolo de Quioto e um Centro Nacional para as Alterações Climáticas</p> <p>Viveiros comunitários plantarão um milhão de árvores em todo o país anualmente</p> <p>Uma Lei Nacional da Biodiversidade e uma Lei de Conservação da Vida Selvagem vão proteger e conservar a biodiversidade em Timor-Leste</p> <p>Estarão em vigor regulamentos relativos à poluição do ar, sonora, e do solo e às emissões dos veículos</p> <p>A sensibilização do público para a proteção do ambiente terá sido reforçada</p> <p>O Museu e Centro Cultural de Timor-Leste e a Biblioteca e Arquivo Nacional de Timor-Leste estarão operacionais</p> <p>Os Centros Culturais Regionais estarão localizados em Baucau, Oecusse, Ainaro, Maliana e Atauro</p> <p>Haverá um programa regular de cinemas ao ar livre em locais ao redor de Díli e cada município terá acesso a cinemas móveis pelo menos mensalmente</p> <p>A Academia Nacional de Artes e Indústrias Criativas estará operacional</p> <p>Haverá alojamento adequado em aldeias em todo o país para turistas culturais</p>	<p>Nenhuma família em Díli terá de cozinhar com lenha</p> <p>Será criada uma companhia nacional de teatro e dança que realizará digressões regulares às regiões</p> <p>Uma licenciatura em arquitetura será oferecida na Universidade Nacional</p>	<p>Os Centros Culturais Regionais estarão localizados nos 13 municípios</p> <p>Cerca de 5% dos postos de trabalho em Timor-Leste serão no setor das indústrias criativas</p>
<p>Desenvolvimento de Infraestruturas</p> <p>ESTRADAS E PONTES</p> <p>Uma extensa rede de estradas de qualidade e bem conservadas ligará as nossas comunidades, promoverá o desenvolvimento rural, a indústria e o turismo e proporcionará acesso aos mercados.</p>	<p>A ligação rodoviária Díli – Manatuto – Baucau terá sido totalmente melhorada e alargada de acordo com normas internacionais</p> <p>A ligação rodoviária Manatuto-Natarbora terá sido totalmente melhorada e alargada de acordo com normas internacionais</p> <p>As ligações rodoviárias Díli – Liquiça – Bobonaro vão ser totalmente reabilitadas</p> <p>As ligações rodoviárias Pante Makassar – Oesilo Pante Makassar – Citrana Oesilo – Tumin serão concluídas</p>	<p>Todas as estradas nacionais e regionais terão sido totalmente reabilitadas de acordo com as normas internacionais</p> <p>O projeto de Reabilitação Díli – Aileu – Maubisse – Aituto – Ainaro – Cassa terá sido concluído</p> <p>O projeto de reabilitação de Suai – Cassa – Hatu Udo – Betano – Natarbora – Viqueque – Beaçõ estará concluído</p>	<p>A Circunvalação Rodoviária Nacional terá sido concluída</p> <p>Novas pontes terão sido construídas para fornecer acesso a todas as rotas rodoviárias nacionais e municipais, em qualquer condição meteorológica</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
ÁGUA E SANEAMENTO	<p>Todas as estradas rurais terão sido reabilitadas por empreiteiros locais</p> <p>Terão sido realizadas anualmente vistorias de monitorização do estado das estradas em todas as estradas melhoradas para determinar as necessidades de manutenção</p> <p>O Plano Nacional de Circunvalação terá sido concluído</p> <p>O Objetivo de Desenvolvimento do Milénio de 75% da população rural de Timor-Leste ter acesso a água segura, fiável e sustentável terá sido ultrapassado</p> <p>Instalações sanitárias melhoradas estarão disponíveis em 60% das áreas urbanas do município</p>	<p>Todas as escolas públicas estarão ligadas a água canalizada limpa</p>	<p>Todos os submunicípios terão sistemas de drenagem melhorados</p>
Até 2030, todos os cidadãos em Timor-Leste terão acesso a água potável e saneamento melhorado	<p>A melhoria do funcionamento e manutenção do sistema de drenagem de Díli resultará numa cidade mais limpa e na redução das inundações</p> <p>Todas as pessoas em Timor-Leste terão acesso a eletricidade fiável 24 horas por dia</p>	<p>Haverá infraestruturas adequadas, bem operadas e mantidas e sustentáveis para a recolha, tratamento e eliminação de esgotos em Díli</p> <p>A drenagem será melhorada em todos os municípios</p>	<p>Todos os municípios e submunicípios terão sistemas de esgotos adequados</p>
ELETRICIDADE	<p>O acesso à eletricidade é um direito básico e a base para o nosso futuro económico. Até 2015, todas as pessoas em Timor-Leste terão acesso a eletricidade fiável 24 horas por dia</p>	<p>Pelo menos metade das necessidades energéticas de Timor-Leste será suprida por fontes de energia renováveis</p>	<p>Todos os agregados familiares em Timor-Leste terão acesso à eletricidade quer através da expansão convencional do sistema elétrico, quer através da utilização de energias renováveis</p>
	<p>Duas novas centrais elétricas serão construídas em Hera e Betano fornecendo 250 MW de eletricidade para apoiar o desenvolvimento social e económico de Timor-Leste</p> <p>Será implementado um novo modelo de gestão do setor elétrico de Timor-Leste com base nas melhores práticas internacionais</p> <p>Será construído o Parque eólico Lariguto</p> <p>Será criado um Centro Solar em Díli</p> <p>Terão sido realizados estudos de viabilidade sobre as perspetivas a longo prazo de atrair instalações de processamento de gás para Timor-Leste; potenciais mini-hídricas em Timor-Leste; e sobre a viabilidade da construção de uma central termoelétrica para gerar eletricidade a partir do lixo doméstico e industrial de Díli</p>	<p>Aproximadamente 100.000 famílias terão acesso à luz elétrica gerada por energia solar</p>	

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
<p>PORTOS MARÍTIMOS</p> <p>Os novos portos marítimos são uma prioridade nacional para apoiar a nossa economia em crescimento e satisfazer as futuras exigências da indústria e do transporte de mercadorias.</p> <p>AEROPORTOS</p> <p>Para atender às exigências futuras do tráfego aéreo e impulsionar os principais setores da indústria, expandiremos o nosso aeroporto internacional e construiremos uma rede de aeroportos municipais.</p>	<p>O novo porto marítimo de Suai estará operacional</p> <p>As instalações portuárias terão sido modernizadas em Com, Ataúro, Vemasse e Oe-Cusse Ambeno</p> <p>A construção do novo porto de Tibar terá sido iniciada</p> <p>O Plano Diretor do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato terá sido concluído, incluindo novas instalações do terminal e uma pista mais longa</p> <p>Uma autoridade aeroportuária de orientação comercial administrará o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato</p> <p>O Plano Distrital de Aviação terá sido concluído e as obras estarão em curso.</p> <p>Os aeroportos municipais de Maliana, Baucau e Oe-Cusse Ambeno terão sido reabilitados</p>	<p>O Porto de Tibar estará a funcionar eficientemente como principal porto de Timor-Leste</p> <p>Instalações portuárias terão sido desenvolvidas em Kairabela e na costa sul perto de Beaço</p> <p>Aeroporto de Bacau vai funcionar como alternativa a Díli e como base militar</p> <p>Uma rede de aeroportos municipais estará plenamente operacional, incluindo os aeroportos de Suai, Baucau, Oe-Cusse Ambeno, Lospalos, Maliana, Viqueque, Atauro e Same</p> <p>O Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato será um aeroporto moderno de padrões internacional com capacidade para receber mais de um milhão de passageiros por ano</p>	
<p>TELECOMUNICAÇÕES</p> <p>Vamos construir uma moderna rede de telecomunicações que ligará as pessoas em Timor-Leste umas às outras e ao mundo.</p>	<p>Haverá cobertura telefónica móvel confiável e acessível fornecida a todos os timorenses</p> <p>Haverá acesso à internet confiável, acessível e de alta velocidade disponível em todas as capitais de município e áreas vizinhas</p> <p>Todas as escolas, postos de saúde e clínicas de saúde estarão ligados à internet</p> <p>O quadro regulamentar será criado para gerir um mercado de telecomunicações competitivo</p>	<p>Todo Timor-Leste terá acesso a internet confiável, acessível e de alta velocidade</p> <p>Todos os estudantes e profissionais de saúde terão dispositivos portáteis de acesso à Internet</p> <p>Timor-Leste fará parte do mundo habilitado para a tecnologia</p>	
<p>Desenvolvimento Económico</p> <p>DESENVOLVIMENTO RURAL</p>	<p>55.000 novas casas terão sido construídas até 2016 para apoiar famílias em todo o país no âmbito do Programa de Sucos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio</p>	<p>Um programa de urbanização rural será concluído, proporcionando ao nosso povo acesso rodoviário, água e saneamento, escolas, clínicas médicas, acesso a mercados e energia</p>	<p>O sector privado será a principal fonte de crescimento dos rendimentos e do emprego nas zonas rurais de Timor-Leste</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
<p>A criação de empregos locais é a melhor forma de melhorar a vida e os meios de subsistência das pessoas que vivem nas zonas rurais.</p>	<p>Será concedido apoio às cooperativas que desenvolvem atividades do sector privado em diversos domínios</p> <p>Terá sido preparado um Quadro Nacional de Planeamento para apoiar o desenvolvimento de Timor-Leste</p> <p>Será prestado um serviço de titulação a pedido dos agricultores dispostos a pagar pelo serviço</p> <p>Campanhas estratégicas de extensão para recursos agrícolas terão sido desenvolvidas e executadas</p>	<p>9.000 empresas estarão cadastradas em Centros de Desenvolvimento de Negócios</p>	
<p>AGRICULTURA</p> <p>É necessário um sector agrícola próspero para reduzir a pobreza, proporcionar segurança alimentar e promover o crescimento económico nas zonas rurais e na nossa nação como um todo.</p>	<p>A tonelagem de arroz (grão ajustado por perdas) terá aumentado de 37.500 toneladas para 61.262 toneladas</p> <p>A produtividade do milho terá aumentado de 1,25 para 1,54 por hectare</p> <p>O Conselho Consultivo Agrícola de Timor-Leste formulará políticas nacionais para o setor e supervisionará a sua implementação</p> <p>A Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Timor-Leste orientará e planeará investimentos adicionais em investigação, desenvolvimento e extensão para todos os principais subsectores agrícolas</p> <p>Terá sido montado um inventário exaustivo do sistema de irrigação</p> <p>Terão sido desenvolvidos projectos-piloto de barragens e águas subterrâneas e os resultados utilizados para informar o desenvolvimento futuro</p> <p>Terá havido um aumento do investimento de capital em culturas-chave, como café e baunilha, castanhas e óleo de palma</p> <p>As atividades de pesca tradicionais terão aumentado e a pesca terá aumentado na Zona Económica Exclusiva</p>	<p>A oferta alimentar terá excedido a procura</p> <p>A área de arroz irrigado terá aumentado 40%, de 50.000 ha para 70.000 ha</p> <p>O rendimento médio do milho terá aumentado para 2,5 t/ha</p> <p>Pelo menos 50% das frutas e produtos hortícolas serão cultivados localmente</p> <p>O número de cabeças de gado terá aumentado 20%</p> <p>A produção de café terá duplicado após a reabilitação de 40.000 hectares de plantações de café</p> <p>Haverá pelo menos três tipos de atividades aquícolas de apoio às comunidades costeiras</p> <p>O setor das pescas será baseado na exportação e ter-se-á expandido para incluir a pesca oceânica</p>	<p>As perdas no armazenamento de arroz na exploração terão diminuído de 20% para cerca de 5%</p> <p>Timor-Leste terá pelo menos quatro produtos de nicho de culturas de rendimento que podem ser exportados de forma consistente</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
<p>PETRÓLEO</p> <p>Vamos estabelecer uma Companhia Nacional de Petróleo e dar aos nossos funcionários as capacidades e experiência de que precisam para liderar e gerir o desenvolvimento do nosso setor de petróleo.</p>	<p>Estará em vigor um Plano de Gestão Florestal e uma Política Nacional de Bambu e Estratégia de Comercialização</p> <p>Viveiros comunitários vão plantar um milhão de árvores</p> <p>A construção do Porto de Suai terá sido concluída</p>	<p>A segunda fase da Base de Abastecimento de Suai terá sido concluída</p>	<p>O projeto Tasi Mane terá sido concluído, estabelecendo uma indústria petrolífera dinâmica e integrada ligada por uma autoestrada na costa sul de Timor-Leste</p>
<p>TURISMO</p> <p>Com muito para oferecer aos visitantes internacionais, vamos nos posicionar para proporcionar uma gama de experiências turísticas que aproveitem a nossa beleza natural, cultura e património.</p>	<p>O aeroporto de Suai terá sido reabilitado</p> <p>A primeira fase do projeto da refinaria terá começado</p> <p>Terá sido iniciada a construção do primeiro troço rodoviário de Suai-Betano</p> <p>O desenvolvimento de Nova Suai terá sido concluído</p> <p>As estradas das principais rotas turísticas, incluindo a Grande Estrada da Costa Norte de Com a Balibo, e de Maliana através de Ermera até Tibar, terão sido reabilitadas e sinalizadas</p> <p>Um centro de formação em turismo e hotelaria terá sido criado em Díli</p> <p>Serão implementados pacotes turísticos abrangentes para cada uma das Zonas Turísticas Oriental, Central e Ocidental</p> <p>Estará operacional uma estratégia de marketing turístico internacional</p> <p>Um programa de desenvolvimento de infraestrutura turística estará em andamento envolvendo o setor privado</p> <p>Terão sido construídas ou reabilitadas infraestruturas turísticas críticas, incluindo o aeroporto de Díli e os aeroportos regionais, e melhoradas as infraestruturas de telecomunicações</p> <p>Terão sido criados Centros de Informação Turística em Díli, Lospalos e Baucau.</p>	<p>A primeira fase do projeto da refinaria terá sido concluída</p> <p>O Porto de Beação será concluído</p> <p>Os principais destinos turísticos funcionarão com infraestruturas modernizadas, atividades e empresas locais bem estabelecidas e materiais promocionais</p>	<p>Timor-Leste terá uma indústria turística bem desenvolvida, atraindo um grande número de visitantes internacionais</p>
<p>INVESTIMENTO</p>	<p>O Código Civil estará em vigor para apoiar a execução dos contratos, uma Lei de Terras dará segurança de propriedade e segurança no desenvolvimento e uma Lei do Trabalho terá</p>	<p>O Instituto de Microfinanças de Timor-Leste passará a chamar-se Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste e funcionará como um pequeno banco comercial que presta</p>	

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
<p>Para construir a nossa nação e criar empregos e rendimentos para o nosso povo, atrairemos investidores para os principais setores da indústria, faremos parcerias com empresas internacionais na construção das nossas infraestruturas e apoiaremos empresas locais a iniciar e a crescer.</p>	<p>sido aprovada para definir claramente os direitos e obrigações legais de empregadores e empregados</p> <p>Os processos de registo e licenciamento de empresas e de obtenção de uma licença de construção serão eficientes</p> <p>O «balcão único» para as empresas estará bem estabelecido e funcionará eficazmente</p> <p>Estará em funcionamento um Banco Nacional de Desenvolvimento</p> <p>A Agência de Investimento de Timor-Leste será criada e contribuirá para o surgimento de novas indústrias e para a diversificação da economia de Timor-Leste</p> <p>Os resultados de uma revisão abrangente para avaliar os benefícios e riscos da aplicação de um conjunto especial de leis e regulamentos empresariais em Zonas Económicas Especiais terão sido implementados.</p>	<p>empréstimos e serviços bancários a pessoas em todos os municípios do país</p>	
<p>Quadro institucional</p> <p>SEGURANÇA</p> <p>Construiremos um setor de segurança que possa assumir o seu papel de servir o nosso povo e garantir a paz, a segurança e a estabilidade da nossa nação.</p> <p>DEFESA</p>	<p>A reconstrução e a reforma do sector da segurança proporcionarão os recursos humanos e o quadro institucional necessários para criar uma capacidade operacional eficaz em domínios essenciais, incluindo a prevenção e investigação da criminalidade, a segurança pública e o controlo das fronteiras</p> <p>As F-FDTL funcionarão como uma força de defesa convencional e profissional</p>	<p>O sector da segurança será regido por um quadro jurídico moderno e eficaz</p> <p>Uma Unidade de Trânsito e Segurança Rodoviária bem treinada e profissional garantirá que as nossas estradas são seguras e que as leis rodoviárias são cumpridas</p> <p>A formação de recursos humanos e o desenvolvimento profissional proporcionarão uma PNTL qualificada e moderna</p> <p>As F-FDTL funcionarão como uma força de defesa credível e bem equipada, com capacidade e versatilidade para levar a cabo uma série de missões e contribuir tanto para a segurança nacional como para o desenvolvimento nacional</p>	<p>O setor de segurança, incluindo a PNTL, será totalmente reformado e funcionará com profissionais qualificados e comprometidos, apoiados por infraestruturas e equipamentos modernos</p> <p>O componente naval das F-FDTL será bem treinado com a infraestruturas necessária para controlar e proteger as nossas águas territoriais e participar como um parceiro pleno em exercícios navais internacionais</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
Vamos garantir que as FALINTIL-FDTL têm a capacidade de defender a nossa nação, enquanto apoiam a segurança interna e a sociedade civil de Timor-Leste e contribuem para os esforços para enfrentar as ameaças à paz e estabilidade regional e global.	<p>Serão criados quadros jurídicos para estabelecer o controlo democrático sobre as F-FDTL</p> <p>Haverá uma coordenação e cooperação mais estreitas entre as F-FDTL e a PNTL, com papéis e responsabilidades claramente definidos</p> <p>Tendo transferido competências, conhecimentos e experiência especializados para uma nova geração de membros das F-FDTL, os veteranos das F-FDTL serão apoiados para se reformarem com dignidade e nas transições de carreira e nos planos de reinstalação</p> <p>As mulheres nas F-FDTL terão um papel mais importante na defesa nacional e mais oportunidades de progredir nas suas carreiras</p> <p>As F-FDTL serão destacadas em operações de manutenção da paz das Nações Unidas com treino e apoio logístico de parceiros de defesa</p> <p>Sistemas e tecnologias de informação terão sido integrados num sistema de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Inteligência</p> <p>Timor-Leste terá consolidado e reforçado as nossas relações com os nossos parceiros e amigos regionais e globais</p>	<p>As F-FDTL serão uma força democrática e responsável, baseada no respeito pelo Estado de direito e pelos direitos humanos, com elevados padrões de disciplina</p>	<p>As F-FDTL terão capacidade para enfrentar eficazmente múltiplos compromissos militares em simultâneo</p>
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	<p>Timor-Leste será membro de pleno direito da ASEAN, com embaixadas em todos os países da ASEAN</p>	<p>Timor-Leste será um membro-chave da ASEAN, com reconhecida experiência em desenvolvimento económico, gestão de pequenas nações, boa governação e eficácia e prestação de ajuda</p>	<p>Timor-Leste terá assumido uma posição de pacificador e mediador global e desempenhará ativamente um papel na prevenção e resolução de conflitos</p>
A nível internacional, protegeremos e promoveremos os interesses do povo de Timor-Leste e salvaguardaremos e consolidaremos a independência da nossa nação.	<p>Timor-Leste será membro de instituições e organizações globais relevantes que melhor servem as necessidades do nosso povo</p> <p>Terá sido realizada e implementada uma avaliação exaustiva das missões no estrangeiro</p> <p>Terá sido publicado um Livro Branco sobre Política Externa que definirá uma visão abrangente para a política externa de Timor-Leste</p>	<p>Conseguiremos a adesão a comités e agências especializadas das Nações Unidas</p> <p>Timor-Leste será reconhecido como modelo e referência na resolução de conflitos regionais e na construção da paz</p>	<p>A PNTL e as F-FDTL terão a capacidade de ser plenamente utilizadas pelas Nações Unidas nas suas atividades de manutenção da paz/imposição da paz</p> <p>Timor-Leste terá pelo menos 30 embaixadas internacionais</p>

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
<p>JUSTIÇA</p> <p>Adotaremos uma estratégia abrangente para construir o sistema judicial de Timor-Leste e reforçar a sua capacidade para cumprir o seu papel e funções.</p>	<p>Timor-Leste terá missões diplomáticas capazes de uma ampla gama de serviços de qualidade, incluindo conhecimentos específicos na atração de comércio, investimento e turismo para o país</p> <p>Timor-Leste vai ter papel de liderança na CPLP</p> <p>Timor-Leste apoiará o g7+, contribuindo para o seu financiamento e para quaisquer outras formas produtivas em relação às quais a sua assistência seja solicitada</p> <p>Toda a legislação diplomática necessária estará em vigor</p> <p>Haverá uma coordenação sistemática e eficaz do sector da justiça em Timor-Leste e nas suas instituições</p> <p>O sistema judicial poderá abrir, conduzir e concluir todos os tipos de processos judiciais, especialmente os penais, de forma eficaz e num prazo razoável</p> <p>O setor da justiça será capaz de identificar e preencher postos de trabalho com pessoal nacional motivado e qualificado</p> <p>Os princípios da não discriminação, da sensibilidade às questões de género e da proteção dos grupos vulneráveis e dos direitos humanos serão garantidos no setor da justiça</p> <p>Será criado um organismo autónomo e independente, capaz de gerir o cadastro de terras e bens imóveis do Estado, bem como de implementar legislação para regular a propriedade e o uso da terra em Timor-Leste.</p> <p>O direito consuetudinário e os mecanismos de justiça comunitária serão regulamentados e será implementado o controlo sistemático da sua conformidade com os direitos humanos</p> <p>Será instituído um sistema abrangente e uma cultura de gestão de desempenho em toda a função pública de Timor-Leste</p>	<p>O Ministério dos Negócios Estrangeiros desempenhará um papel fulcral na atração de negócios, investimento e empregos para Timor-Leste como uma zona de serviços financeiros e tecnologias de informação</p> <p>Os serviços do setor da justiça estarão disponíveis em todos os municípios e todos os timorenses poderão aceder a serviços judiciais e jurídicos eficazes e eficientes</p> <p>A legislação conferirá aos cidadãos o direito de acederem à informação detida pelo Estado que sobre eles tenha impacto</p>	
<p>GESTÃO DO SETOR PÚBLICO E BOA GOVERNAÇÃO</p>			

	2015 (Curto Prazo)	2016 – 2020 (médio prazo)	2021 – 2030 (longo prazo)
<p>O setor público em Timor-Leste será fundamental para construir confiança no governo, que é um pré-requisito para a construção da nação.</p> <p>IMPLEMENTAÇÃO</p> <p>O Plano Estratégico de Desenvolvimento e os nossos principais projetos de infraestruturas serão implementados da forma mais rentável e eficiente possível.</p>	<p>Um programa de desenvolvimento executivo para todos os gestores superiores estará em vigor</p> <p>Haverá uma cultura e uma prática de planeamento da mão de obra na função pública</p> <p>Terá sido elaborado e estará em vigor um Código de Conduta para os Membros do Governo</p> <p>Legislação terá sido introduzida no Parlamento para proteger denunciantes</p> <p>À medida que a Agência Nacional de Desenvolvimento desenvolve as suas capacidades, competências e recursos humanos, transitará para a Agência de Política Económica e Investimento</p> <p>A Agência de Política Económica e Investimento desempenhará efetivamente uma função de planeamento económico nacional, um papel de supervisão e monitorização e implementará programas e projetos governamentais de grande envergadura e complexidade.</p>	<p>A função pública terá adotado tecnologias da informação modernas para apoiar iniciativas conjuntas entre o governo e a administração pública em linha</p> <p>Terá sido realizada uma revisão da estrutura do sector público para determinar se há benefícios em estabelecer autoridades estatutárias para exercer determinadas funções públicas em nome do Estado</p>	
<p>Orientação macroeconómica</p> <p>A NOSSA VISÃO ECONOMICA</p> <p>Até 2030, Timor-Leste terá aderido às fileiras dos países de rendimento médio superior, erradicado a pobreza extrema e estabelecido uma economia não petrolífera sustentável e diversificada.</p>	<p>A produtividade do setor agrícola terá aumentado significativamente, o setor do turismo será próspero e em expansão e haverá níveis mais elevados de atividade do setor privado em todos os setores, incluindo o crescimento das pequenas e microempresas</p>	<p>Timor-Leste terá desfrutado de dez anos de elevado crescimento económico com a conclusão de grandes infraestruturas produtivas e reformas económicas que forneceram uma base para o setor privado impulsionar o crescimento no futuro</p>	<p>Timor-Leste ter-se-á juntado às fileiras dos países de rendimento médio superior, erradicado a pobreza extrema e estabelecido uma economia não petrolífera sustentável e diversificada</p>

Como mencionado, houve um relato limitado de progressos entre 2016 até 2023 e, como resultado, será necessário um período de investimento acelerado para que o país possa cumprir as metas estabelecidas no PED. Tal exigirá um esforço coordenado e significativo por parte de todas as agências governamentais.

Esta aposta renovada no PED é destacada no programa do novo Governo, aspeto que é detalhado no próximo capítulo.

Prioridades de Investimento

Este capítulo identifica a evolução dos investimentos prioritários para Timor-Leste. Baseia-se no Programa do IX Governo. Visa não só priorizar as ações e investimentos detalhados nesse documento, mas também criar um quadro que alinhe esses investimentos dentro do planeamento geral do Governo, para que o progresso em relação a esses investimentos possa ser quantificado e medido.

Este documento não estima os investimentos necessários para cada setor prioritário, uma vez que esses detalhes devem integrar os planos estratégicos setoriais detalhados e fazer parte do quadro fiscal global estabelecido pelo Ministério das Finanças.

Este documento serve antes para indicar os investimentos prioritários que o Governo pretende executar a partir do seu quadro orçamental e de planeamento existente.

Resumo dos investimentos prioritários

A tabela abaixo identifica e prioriza os setores e indústrias que receberão atenção focalizada e recursos para investimento a fim de alcançar as metas do PED e do Programa do IX Governo.

Este quadro será revisto anualmente com base no desempenho e a fim de se ajustar a quaisquer alterações no ambiente económico que possam ocorrer, mas não tenham sido previstas.

O quadro que se segue reflete as atuais principais prioridades, que podem variar de ano para ano, em função das circunstâncias. Estes projectos serão financiados pelos orçamentos do ministério responsável, conforme previsto na lei orçamental de 2024.



Prioridade	Calendário planeado de implementação				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Petróleo e Recursos Minerais		Completar a Base Logística do Suai <ul style="list-style-type: none"> • Encetar negociações com empresas envolvidas no processo do Greater Sunrise para a implementação do regime especial para os Campos do Greater Sunrise e o gasoduto para Timor-Leste • Desenvolver e operacionalizar a Base Logística do Suai, suportando as atividades petrolíferas, funções económicas, comerciais e industriais • Estabelecer a Refinaria de Petróleo e o Complexo Petroquímico na Costa Sul para refinar condensado em vários produtos petrolíferos. Alcançar a autossuficiência no abastecimento doméstico de combustível • Desenvolver a Planta de Gás Natural Liquefeito (GNL) para processar gás do campo do Greater Sunrise. Incluir instalações marítimas associadas e reabilitar aeroportos existentes para movimentos FIFO 			
Setor Financeiro		Criar o Banco Nacional de Desenvolvimento <ul style="list-style-type: none"> • Preparar o Quadro Jurídico e Preparatório, incluindo opções de capitalização e financiamento • Finalizar a estrutura organizacional e a infraestrutura operacional; desenvolvimento de produtos e serviços, incluindo divulgação e parcerias • Lançamento e operação inicial do Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDTL) com diretrizes de investimento claras e padrões de governação • Melhoria contínua e adaptação como parte da operação do Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDTL) 			
Participação do sector público no investimento privado (Fair Share)			Criar a Sociedade de Investimento de Timor-Leste (SITL) <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de Viabilidade e Planeamento • Conformidade Legal e Regulamentar • Estratégia de Capitalização e Financiamento • Estabelecer uma estrutura de gestão de riscos • Aquisição e Gestão de Ativos • Parcerias e Alianças • Relações com Investidores e Marketing • Conformidade e relatórios • Lançamento e operações em curso da Sociedade de Investimento de Timor-Leste (SITL) orientadas para facilitar programas de participação no capital, mobilizar investimentos do setor privado e contribuir para o desenvolvimento de infraestruturas, diversificação económica e criação de emprego • Avaliação e melhoria contínua do funcionamento da Sociedade de Investimento de Timor-Leste. 		
Rede Rodoviária		Completar o plano nacional de circunvalação	Construir novas pontes em zonas críticas do país <ul style="list-style-type: none"> • Identificar áreas críticas para novas pontes • Iniciar o projeto e o planeamento • Início da construção 		

Prioridade	Calendário planeado de implementação				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		<ul style="list-style-type: none"> Revisão do projeto detalhado para as fases II-IV Finalizar a revisão do projeto Lançar concurso público Monitorizar o progresso e a conclusão do projeto Monitorizar o progresso e a conclusão do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> Construção completa de uma nova ponte 		
Água e Saneamento		<p>Acesso à água e ao saneamento em todas as escolas</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliar as necessidades de abastecimento de água nas escolas Iniciar projetos Concluir projetos e garantir a manutenção 	<p>Implementar o Plano Diretor de Abastecimento de Água e Saneamento de Díli e outras capitais municipais</p> <ul style="list-style-type: none"> Iniciar o desenvolvimento do plano Desenvolver um plano de investimento Obter aprovação e começar a implementação Continuar a execução do plano <p>Implementar os sistemas integrados de gestão de resíduos sólidos urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliar lacunas na gestão de resíduos Desenvolver planos de gestão de resíduos Iniciar a implementação Monitorizar os sistemas de gestão de resíduos 	<p>Implementar o Plano Diretor de Saneamento e Drenagem de Díli</p> <ul style="list-style-type: none"> Iniciar o desenvolvimento do plano diretor Desenvolver plano diretor Iniciar a implementação Continuar a execução do plano diretor 	
Transportes			<p>Plano Diretor de Transportes Integrados para uma melhoria global dos transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> Iniciar o desenvolvimento do plano Finalizar os detalhes do plano Aprovar plano diretor Iniciar a implementação do plano diretor 		
Telecomunicações		<p>Formular e implementar o Plano Nacional de Banda Larga para fornecer acesso à</p>	<p>Sistema fiável de cabos submarinos de fibra ótica que liga Timor-Leste a uma instalação de aterragem de cabos regionais para uma conectividade melhorada</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver o plano do projeto e garantir o financiamento 		

Prioridade	Calendário planeado de implementação				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		Internet de alta velocidade a toda a população, incluindo a presença da Starlink da SpaceX em Timor-Leste <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver o plano Finalizar, planear e garantir os recursos necessários Iniciar a implantação da infraestrutura de banda larga Avaliar a eficácia do plano e ajustar, se necessário 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciar a instalação do cabo Garantir conectividade operacional total 	Instalação e teste completos do cabo	
Habitação		Programa abrangente de apoio à reabilitação e construção habitacional, após a conclusão da revisão abrangente da Política Nacional de Habitação e desenvolvimento de um novo Programa Nacional de Habitação <ul style="list-style-type: none"> Revisão e análise Desenvolver novo programa Procurar contributos das partes interessadas Finalizar programa 			
Pecuária			Estabelecer um Centro de Investigação em Produção Animal e uma Unidade de Processamento de Produtos Pecuários <ul style="list-style-type: none"> Planeamento e estudo de viabilidade, incluindo avaliação de necessidades e pesquisa de mercado, verificação regulatória e de conformidade Fase de projeto e seleção do local – projeto da instalação, seleção do local e aquisição Fase de construção e desenvolvimento, incluindo a construção de infraestruturas e aquisição de equipamento Fase de recrutamento e testes, incluindo recrutamento e formação de pessoal, ensaios e testes Fase de operacionalização e comercialização, produção animal e centro de pesquisa estabelecido para melhorar a qualidade genética e técnicas de melhoramento em 15%; Criação de uma unidade de processamento de produtos pecuários. Apresentação ao mercado e networking. Melhoria contínua. 		
Pescas			Criar o Centro de Investigação e Desenvolvimento Marinho de Timor-Leste <ul style="list-style-type: none"> Lançar campanhas para educar os pescadores e as comunidades sobre técnicas de pesca sustentáveis. 		

Prioridade	Calendário planeado de implementação				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
			<ul style="list-style-type: none"> Iniciar programas de sensibilização Criar centros de demonstração para os sistemas eletrónicos de controlo da pesca e para a transformação dos produtos da pesca. Centros operacionais. 		
Turismo					Centro de Formação para o Turismo e Hotelaria em Díli <ul style="list-style-type: none"> Planeamento e estudo de viabilidade, incluindo desenvolvimento curricular, planeamento de infraestruturas e recursos Criar o Centro de Formação em Turismo e Hotelaria em Díli (PED) para melhorar a formação profissional no setor do turismo, incluindo procedimentos legais e regulamentares, desenvolvimento de infraestruturas, recrutamento e formação de pessoal Pré-lançamento e fase de marketing, incluindo programas-piloto, marketing e parcerias e processos operacionais Lançamento e melhoria contínua
Indústria		Criar o Centro Nacional de Incubação <ul style="list-style-type: none"> Apoiar a criação de unidades de produção industrial, nomeadamente agroindústrias, e promover o desenvolvimento de centros de incubação industrial criados pelo Centro Nacional de Incubação. 	Estabelecer o Parque Industrial de Ulmera (Liquicá) <ul style="list-style-type: none"> Promover a criação e o desenvolvimento de parques industriais através da coordenação com os ministérios e partes interessadas relevantes Criação do parque industrial de Ulmera 		
Meio Ambiente					Programa abrangente de recolha e tratamento de resíduos, com prioridade para a área de Díli <ul style="list-style-type: none"> Avaliação e planeamento, incluindo auditoria de resíduos, envolvimento das partes interessadas e estabelecimento de um quadro regulamentar

Calendário planeado de implementação

Prioridade	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
				<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de infraestruturas, instalações de recolha e tratamento, incluindo campanhas de sensibilização • Programa piloto implementado na zona de Díli • Ampliação e expansão do programa de recolha e tratamento de resíduos implementado na zona de Díli • Integração tecnológica • M&A contínuas e ajustes • Colaboração e parcerias, incluindo revisão de políticas e alterações. 	
Educação e Formação	<p>Instalações de Escolas Secundárias: Escolas Básicas Públicas Centrais com instalações laboratoriais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação preliminar e planeamento, incluindo avaliação das necessidades e envolvimento das partes interessadas • Fase de construção e aquisição • Formação e integração curricular, incluindo formação do pessoal • Expansão e sustentabilidade. Incluindo a melhoria contínua • M&A contínuas <p>Expansão do Ensino Técnico-Profissional alinhado com as prioridades nacionais de desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e análise de necessidades, incluindo desenvolvimento e alinhamento de políticas, 	<p>Construir a Academia de Pescas e Estudos do Mar em Manatuto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fase preparatória – aprovações regulamentares e financiamento, recrutamento de docentes e funcionários, incluindo a construção real e a criação de instalações • Quadro jurídico e regulamentar e desenvolvimento das infraestruturas • Sensibilização e recrutamento, incluindo criação de parcerias e colaboração • Recrutamento e formação contínuos de docentes e funcionários, incluindo acreditação e garantia de qualidade • Lançamento e promoção da Academia de Pescas e 	<p>Construir o Instituto Politécnico de Hotelaria e Turismo em Lospalos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planeamento e estudo de viabilidade, incluindo avaliação de necessidades e pesquisa de mercado, envolvimento das partes interessadas, desenvolvimento curricular e planeamento de infraestruturas • Desenvolvimento de infraestruturas e recursos • Lançamento e início de funcionamento do Instituto Politécnico de Hotelaria e Turismo em Los Palos • Garantia de qualidade e feedback • Crescimento e expansão, incluindo a criação de parcerias e estágios industriais, programas 	<p>Construir o Instituto Politécnico de Engenharia em Suai</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de necessidades e estudo de viabilidade, incluindo planeamento estratégico • Planeamento e estudo de viabilidade, incluindo seleção do local e orçamentação inicial • Projeto e aprovações, incluindo projeto de arquitetura, aprovações regulatórias e refinamentos de orçamento • Desenvolvimento curricular, incluindo recrutamento e formação de docentes • Fase de construção e desenvolvimento de infraestruturas, incluindo recrutamento de docentes • Lançamento do Instituto Politécnico de 	

Prioridade	Calendário planeado de implementação					
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
	melhoria curricular e envolvimento das partes interessadas <ul style="list-style-type: none"> • Design e alocação de recursos • Avaliação e ajustamento, incluindo documentação e relatórios • M&A e Melhoria Contínua 	Estudos do Mar em Manatuto.	avançados e especializações, pesquisa e desenvolvimento, acreditação e reconhecimento	Engenharia no Suai incluindo marketing e investigação, garantindo a prontidão operacional <ul style="list-style-type: none"> • M&A e melhoria contínuas 		
Inclusão Social, Proteção Social e Solidariedade Social		Centros de Solidariedade Social (CSS) criados em Postos Administrativos <ul style="list-style-type: none"> • Investigação e planeamento, incluindo avaliação de necessidades, revisão de políticas, envolvimento das partes interessadas e afetação de recursos • Fase de conceção e preparação, incluindo quadro de conceção, quadro jurídico, desenvolvimento de infraestruturas e reforço de capacidades • Fase de implementação, incluindo estabelecimento do centro, implantação de serviços, monitoramento e avaliação, conscientização da comunidade • Consolidação e expansão, incluindo análise de desempenho, planos de expansão, documentação e relatórios, medidas de sustentabilidade 				
Combatentes da Libertação Nacional		Construção de novos cemitérios especiais e jardins de heróis: Ainaro Natarbora, Covalima, Kelikai, Iliomar, Uatulari, Ermera, Bobonaro e jardim de heróis em Metinaro <ul style="list-style-type: none"> • Planeamento e avaliação, incluindo estudo de viabilidade, seleção de locais, revisão do quadro regulamentar e jurídico • Fase de projeto e aprovação, incluindo consultas comunitárias e aprovações e licenças governamentais • Fase de preparação da construção, incluindo contratação e aquisição, preparação da infraestrutura, aquisição de materiais • Fase de conclusão e manutenção, incluindo inspeções e garantia de qualidade, manutenção e gestão, monitorização e avaliação 		Construir monumentos de Resistência em todos os municípios e postos administrativos <ul style="list-style-type: none"> • Fase de investigação e preparação, incluindo mapeamento das partes interessadas, reforço das capacidades e formação de redes • Fase de desenvolvimento da estratégia, incluindo definição de metas, planeamento estratégico, mobilização de recursos • Fase de implementação, incluindo envolvimento da comunidade, defesa e mobilização, fortalecimento da capacidade • Fase de construção e implementação, incluindo paisagismo e amenidades, documentação e relatórios • Fase de fortalecimento e consolidação, incluindo formação de alianças, adaptação e flexibilidade, documentação e avaliação, planeamento de sustentabilidade 		

Prioridade	Calendário planeado de implementação				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Cultura e Património			Estabelecer o Museu Nacional <ul style="list-style-type: none"> Fase de planeamento e viabilidade, incluindo o envolvimento das partes interessadas Fase de conceptualização e projeto, incluindo formulação de Visão-Missão-Objectivos, desenvolvimento de conceitos, projeto arquitetónico Fase de angariação de fundos e procedimentos legais, incluindo campanhas de angariação de fundos, processos legais e regulamentares Fase de construção e preparação da exposição, incluindo desenvolvimento da exposição, recrutamento de pessoal Fase de pré-abertura e lançamento 	Criar a Biblioteca Nacional <ul style="list-style-type: none"> Avaliação de necessidades e estudo de viabilidade, incluindo formulação de políticas e objetivos, quadro jurídico e configuração institucional Aquisição de recursos e desenvolvimento de infraestruturas, incluindo curadoria de desenvolvimento de coleções Integração tecnológica e digitalização Construção completa da biblioteca Parcerias e colaborações, incluindo programas de envolvimento público e divulgação Gerir a Biblioteca Nacional Monitorização, avaliação e adaptação, incluindo documentação e relatórios 	
	Juventude e Desporto		Criar um Centro Nacional da Juventude em Díli <ul style="list-style-type: none"> Planeamento e estudo de viabilidade, incluindo envolvimento das partes interessadas, seleção e projeto do local, orçamento e financiamento, conformidade legal e regulatória Fase de implementação e construção, incluindo mobilização de recursos, desenvolvimento de programas, criação de parcerias e colaborações Fase de preparação do pré-lançamento, incluindo formação, publicidade e promoção do pessoal Fase de lançamento e avaliação, incluindo grande abertura, M&A, integração de feedback 		
Descentralização				Construção de novo edifício multifunções (balcão único) para a Autarquia e Administração Municipal e futura Administração Local	

Prioridade	Calendário planeado de implementação				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
			<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a dotação de fundos nos orçamentos municipais para melhorar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços públicos através dos serviços da Administração Local Construção de um balcão único nos municípios 		
Justiça			<p>Construir o Supremo Tribunal de Justiça, a Procuradoria-Geral e o Centro de Reabilitação de Menores</p> <ul style="list-style-type: none"> Investir na capacidade das instituições do setor da justiça Construir edifícios necessários como o Supremo Tribunal de Justiça, a Procuradoria-Geral e o Centro de Reabilitação de Menores Modernizar a infraestrutura. 		
Defesa				<p>Modernizar e construir instalações militares, incluindo bases terrestres, aéreas e navais, estabelecer bairros para famílias de militares e criar um hospital dedicado à saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> Modernizar e construir instalações militares, incluindo bases terrestres, aéreas e navais Bairros para famílias de militares, e criar um hospital dedicado à saúde, estabelecido 	<p>O Instituto da Defesa Nacional enquanto estabelecimento de ensino superior para a Defesa Nacional e a Academia Conjunta das Forças de Defesa e Forças de Segurança estabelecidas</p> <ul style="list-style-type: none"> Fase preparatória - avaliação de necessidades, estudo de viabilidade, desenvolvimento de Visão-Missão-Objetivos, incluindo requisitos legais e regulamentares, planeamento estratégico e alocação de recursos Fase de estabelecimento - desenvolvimento curricular, recrutamento e formação de docentes, criação de infraestruturas e instalações, incluindo parcerias e colaborações Fase de implementação e crescimento – acreditação e garantia de qualidade, inscrição e divulgação, investigação e publicações

Prioridade	Calendário planeado de implementação				
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
					<ul style="list-style-type: none"> • O Instituto da Defesa Nacional transformado num estabelecimento de ensino superior para a Defesa Nacional • Academia Conjunta das Forças de Defesa e das Forças de Segurança estabelecida • Expansão gradual e sustentabilidade
Segurança			Melhoria da Infraestrutura da Polícia Nacional (PNTL) (Sede) <ul style="list-style-type: none"> • Alocação de recursos • Modernização inicial das infraestruturas físicas • Integração tecnológica para um policiamento eficiente, incluindo o envolvimento da comunidade e iniciativas de policiamento • Melhoria da capacidade institucional da PNTL com infraestruturas e equipamentos modernos • Fortalecer a capacidade institucional com infraestrutura, equipamentos e tecnologia da informação modernos, incluindo a informatização dos sistemas de informação • Avaliação de desempenho; revisão e implementação de políticas e melhoria e adaptação contínuas 		
Desenvolvimento Institucional da Política Externa				Reforçar o Centro de Estudos Diplomáticos para reforçar as capacidades <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de necessidades e análise de lacunas, incluindo envolvimento das partes interessadas. Desenvolver o Plano Estratégico • Aprovar um novo regime transitório para os funcionários de carreira diplomática. • Valorização Curricular e Desenvolvimento do Corpo Docente • Avanços em infraestrutura e tecnologia • Exposição internacional e aprendizagem experiencial (programas de intercâmbio, oportunidades de estágio, simulações e sessões diplomáticas simuladas, etc.) Acompanhamento, avaliação e sustentabilidade 	



Facilitadores de Investimento

Os facilitadores do investimento são fatores ou condições que contribuem para criar um ambiente propício para atrair e facilitar o investimento num país. Estes facilitadores desempenham um papel crucial no estímulo do crescimento económico e do desenvolvimento em países em desenvolvimento como Timor-Leste.

Uma das principais razões pelas quais os facilitadores de investimento são importantes para Timor-Leste é o seu potencial para atrair investimento direto estrangeiro (IDE). O IDE pode trazer capital, tecnologia e competências que podem contribuir para a criação de emprego, o desenvolvimento de infraestruturas e a transferência de conhecimentos e competências. Ao criar um ambiente onde os investidores se sintam confiantes e seguros em trazer o seu capital para o país, Timor-Leste pode atrair o investimento tão necessário, que pode ter um impacto transformador na sua economia.

Além disso, os facilitadores de investimento podem apoiar na diversificação económica em Timor-Leste. O país é largamente dependente das receitas do petróleo e do gás, que representam uma parte significativa do seu PIB. No entanto, esta forte dependência de um único sector torna a economia vulnerável às flutuações dos preços do petróleo e ao esgotamento dos recursos.

Para reduzir esta dependência, Timor-Leste precisa de atrair investimentos em sectores não petrolíferos e incentivar o crescimento de indústrias como a agricultura, a indústria transformadora e os serviços. Os facilitadores do investimento podem criar um ambiente que apoie o desenvolvimento destes setores, promovendo a diversificação económica e reduzindo a volatilidade da economia.

O investimento em capital humano é outro aspeto crucial que os facilitadores do investimento podem ajudar a fomentar. Ao investir na educação, saúde e desenvolvimento de competências, Timor-Leste pode melhorar o seu capital humano e aumentar a sua competitividade no mercado global. Isto, por sua vez, pode atrair mais investimento e promover o crescimento económico sustentável.

Quadros jurídicos e regulamentares de apoio

Um quadro jurídico e regulamentar desempenha um papel crucial na atração de investimento para um país.

Ao estabelecer e manter um quadro legal e regulamentar robusto, o Governo quer criar um clima de investimento atrativo que incentive o investimento nacional e estrangeiro, impulse o crescimento económico e promova o desenvolvimento sustentável.

A prioridade do Governo será concentrar-se nos seguintes elementos do quadro jurídico de Timor-Leste:

1. **Estabilidade e previsibilidade:** Um quadro jurídico sólido proporciona estabilidade e previsibilidade aos investidores. Leis, regulamentos e políticas claras e consistentes criam um ambiente onde os investidores podem tomar decisões de investimento de longo prazo com confiança, sabendo que os seus direitos e investimentos serão protegidos.
2. **Proteção dos direitos de propriedade:** Um sistema jurídico eficaz garante a proteção dos direitos de propriedade, incluindo os direitos de propriedade intelectual. Os investidores precisam de garantias de que os seus ativos serão salvaguardados e de que podem usufruir dos benefícios dos seus investimentos sem receio de expropriação ou utilização não autorizada.
3. **Execução dos contratos:** Um sistema jurídico fiável que aplique os contratos de forma justa e eficiente é crucial para o investimento. Os investidores precisam de confiança de que os seus acordos contratuais serão respeitados e de que podem recorrer judicialmente em caso de litígio.
4. **Proteção dos investidores:** Um quadro jurídico sólido deve incluir disposições que os protejam de práticas desleais, corrupção e discriminação.

5. **Facilidade de fazer negócios:** uma estrutura regulatória simplificada que simplifica os procedimentos administrativos, reduz a burocracia e minimiza a burocracia. Tal incentivará o investimento, tornando a criação e o funcionamento das empresas mais fácil e rentável.
6. **Regulamentação financeira:** Uma regulamentação financeira sólida e uma supervisão são essenciais para atrair o investimento. Mercados financeiros bem regulamentados, sistemas bancários transparentes e mecanismos de proteção dos investidores terão por objetivo inspirar confiança e atrair investidores nacionais e internacionais.
7. **Clareza nas políticas fiscais:** políticas fiscais claras e previsíveis são importantes para os investidores. Um regime fiscal estável e justo, com regras e procedimentos transparentes que permitam às empresas planejar os seus investimentos e operações de forma eficaz.
8. **Desenvolvimento de infraestruturas:** O quadro jurídico pode facilitar o desenvolvimento de infraestruturas, proporcionando mecanismos para parcerias público-privadas e regulamentos que promovam o investimento em projetos de infraestruturas. Isto, por sua vez, cria um ambiente de investimento atrativo.
9. **Regulamentação ambiental e social:** Um quadro jurídico que equilibre o desenvolvimento económico com a sustentabilidade ambiental e social pode atrair investidores responsáveis. Regulamentos que promovem práticas sustentáveis, protegem o meio ambiente e garantem padrões de trabalho justos demonstram o compromisso de Timor-Leste com a viabilidade a longo prazo.

Reforço das capacidades e desenvolvimento dos recursos humanos

Ao investir no reforço das capacidades e no desenvolvimento dos recursos humanos, o Governo pretende criar uma mão de obra qualificada, adaptável e competitiva. Tal reforçará a atratividade global do país como destino de investimento, proporcionando aos investidores acesso a um conjunto talentoso de indivíduos, promovendo a inovação e a produtividade e criando uma sociedade estável e inclusiva conducente ao investimento a longo prazo.

Algumas das principais áreas prioritárias para o Governo a este respeito incluirão o seguinte:

1. **Melhoria das competências da mão de obra:** Uma mão de obra bem formada e qualificada é um fator essencial para atrair investimento. Programas de capacitação, como formação vocacional, educação técnica e iniciativas de desenvolvimento de capacidades terão como objetivo equipar os indivíduos com as capacidades e conhecimentos necessários exigidos pelos investidores. Isto garante que a força de trabalho pode contribuir eficazmente para o sucesso das empresas e indústrias.
2. **Inovação e competitividade:** O desenvolvimento dos recursos humanos fomenta a inovação e reforça a competitividade. Ao investir em educação, pesquisa e desenvolvimento e programas de empreendedorismo, um país pode nutrir um grupo de indivíduos talentosos que podem impulsionar a inovação em vários setores. Isso, por sua vez, torna o país mais atrativo para investidores que buscam tecnologias, ideias e soluções de ponta.
3. **Melhoria da produtividade:** As iniciativas de reforço das capacidades centram-se no aumento da produtividade e da eficiência da força de trabalho. Os programas de formação terão como objetivo melhorar as competências técnicas, as capacidades de gestão e o conhecimento operacional e contribuir para níveis de produtividade mais elevados.
4. **Adaptabilidade a novas tecnologias e indústrias:** À medida que as indústrias evoluem e novas tecnologias surgem, Timor-Leste terá de se adaptar rapidamente para se manter competitivo.
5. **Empreendedorismo local e desenvolvimento empresarial:** Os programas de capacitação geralmente incluem apoio ao empreendedorismo local e ao desenvolvimento de negócios. Ao proporcionar aos aspirantes a empreendedores timorenses formação, mentoria e acesso a financiamento, o país pode fomentar uma cultura de empreendedorismo e atrair investimento de startups e pequenas empresas. Estes investimentos contribuem para a criação de emprego, a diversificação económica e o desenvolvimento global.
6. **Garantia de qualidade e normas:** O desenvolvimento de recursos humanos inclui formação em garantia de qualidade, conformidade e normas. Quando a força de trabalho de um país demonstra adesão aos

padrões internacionais de qualidade, isso incute confiança nos investidores em relação à confiabilidade e consistência dos produtos ou serviços que receberão.

7. **Estabilidade social e inclusão:** As iniciativas de reforço das capacidades podem promover a estabilidade social e a inclusão, proporcionando oportunidades a grupos e regiões marginalizados. O desenvolvimento inclusivo dos recursos humanos garante que uma parte mais vasta da sociedade possa beneficiar das atividades de investimento. Isto não só contribui para o desenvolvimento social, mas também cria um clima de investimento mais favorável, reduzindo as tensões e desigualdades sociais.

Incentivos financeiros e mecanismos de apoio aos investidores e às empresas locais

O Governo desenvolverá políticas que preveem vários incentivos financeiros e mecanismos de apoio para atrair e incentivar o investimento. Estes incentivos financeiros e mecanismos de apoio terão como objetivo reduzir os riscos de investimento, aumentar a rentabilidade, facilitar o acesso ao mercado e criar um clima favorável ao investimento.

A conceção final dos incentivos dependerá do setor, mas alguns dos tipos de apoio que serão considerados pelo Governo incluem, mas não se limitam ao seguinte:

1. **Incentivos fiscais:** É normal que os governos ofereçam incentivos fiscais aos investidores como forma de reduzir a sua carga fiscal e aumentar a sua rentabilidade. Estes incentivos podem incluir reduções fiscais, taxas reduzidas de imposto sobre as sociedades, depreciação acelerada, créditos fiscais ao investimento e isenções de determinados impostos ou direitos.
2. **Subvenções e subsídios:** O Governo pode conceder subvenções e subsídios para apoiar projetos de investimento específicos ou indústrias. Estas ajudas financeiras podem assumir a forma de subvenções pecuniárias, empréstimos a baixo juro ou subsídios para investigação e desenvolvimento, desenvolvimento de infraestruturas, criação de emprego ou iniciativas de sustentabilidade ambiental.
3. **Apoio ao desenvolvimento de infraestruturas:** O Governo pode investir ou facilitar o desenvolvimento de projetos de infraestruturas que beneficiem os investidores. Isso pode incluir a construção de redes de transporte, parques industriais, portos, instalações de energia e infraestrutura de telecomunicações. Esse apoio melhora o clima de investimento e reduz os custos e os riscos associados ao desenvolvimento de infraestruturas.
4. **Acesso ao financiamento:** O Governo criará ou apoiará instituições financeiras que proporcionem acesso ao financiamento aos investidores. Isso pode envolver o apoio a bancos de desenvolvimento, fundos de capital de risco ou programas de garantia de empréstimos que ofereçam condições favoráveis, taxas de juros mais baixas ou requisitos de garantias reduzidos para estimular o investimento.
5. **Formação e desenvolvimento de competências:** Os governos podem apoiar a formação e o desenvolvimento de competências da mão de obra local para satisfazer as necessidades dos investidores. Isso pode envolver o financiamento de programas de treinamento vocacional, o estabelecimento de parcerias indústria-academia ou o incentivo às empresas para fornecer programas de treinamento e aprendizagem no trabalho.
6. **Promoção e marketing de investimentos:** inclui campanhas de marketing direcionadas que destacam as oportunidades de investimento e os retornos potenciais de investir no país. Pode também incluir o envolvimento com potenciais investidores através de eventos como conferências, roadshows e feiras comerciais para mostrar e promover oportunidades de investimento – incluindo:
 - a. campanhas setoriais específicas de promoção do investimento destinadas a estabelecer Timor-Leste como um destino de investimento atrativo.
 - b. campanhas de marketing direcionadas para destacar oportunidades de investimento e mostrar as oportunidades de investimento específicas nos setores prioritários de Timor-Leste e atrair potenciais investidores.



Planeamento, Acompanhamento e Avaliação da Implementação

O quadro sumário apresentado nos capítulos anteriores já fornece um calendário para a execução do plano estratégico de investimento. Inclui atividades específicas a serem concluídas dentro de um determinado prazo. Também atribui responsabilidades e coordenação entre as agências governamentais relevantes para garantir uma implementação eficaz. São estabelecidos mecanismos de acompanhamento e avaliação para acompanhar os progressos e adaptar o plano, se necessário.

Esta secção tem como objetivo descrever os processos de monitorização e avaliação que serão implementados para avaliar o progresso da implementação e fazer os ajustes necessários ao plano para obter os melhores resultados. Pretende também mostrar como o PED e o PEI podem estar alinhados com os atuais instrumentos orçamentais e de planeamento do Governo.

Planos estratégicos integrados dos Ministérios

O alinhamento e a integração dos planos estratégicos ministeriais com o plano de desenvolvimento nacional são importantes para alcançar uma abordagem coesa e coordenada do desenvolvimento nacional. Em vez de os setores individuais prosseguirem as suas prioridades e objetivos de forma independente, é crucial que as estratégias setoriais sejam integradas e alinhadas com a visão nacional mais ampla para alcançar os seguintes resultados.

1. **Melhor coordenação e coerência política:** Os planos nacionais de desenvolvimento delineiam uma visão e direção comuns para o país, com metas e objetivos alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Ao alinhar os planos setoriais com esses objetivos, o governo pode garantir que as políticas setoriais funcionam em conjunto umas com as outras, minimizando os conflitos políticos e promovendo a coerência geral das políticas.
2. **Otimização de recursos:** Com uma abordagem coordenada, a duplicação de esforços pode ser evitada, permitindo o uso eficiente dos recursos. A integração e o alinhamento dos planos setoriais com os planos nacionais de desenvolvimento permitem que os governos priorizem os setores com base na sua contribuição para os objetivos gerais de desenvolvimento nacional, alocuem recursos de forma eficaz e evitem o desperdício.
3. **Incentivar a apropriação e a participação das partes interessadas:** Ao alinhar as estratégias setoriais com os planos nacionais de desenvolvimento, as partes interessadas, incluindo as comunidades, as organizações da sociedade civil e o setor privado, podem participar melhor no processo de planeamento do desenvolvimento. Os intervenientes subnacionais, incluindo os governos locais e as instituições de desenvolvimento regional, podem também envolver-se mais no planeamento do desenvolvimento nacional, alinhando os seus planos com as prioridades nacionais.
4. **Reforçar a responsabilização:** Os planos nacionais de desenvolvimento são geralmente acompanhados por quadros de monitorização e avaliação que facilitam o acompanhamento do progresso em direção aos objetivos de desenvolvimento nacional. Ao integrar os planos setoriais com o quadro nacional mais amplo, o governo pode garantir que os progressos setoriais são relatados no contexto do desenvolvimento nacional, promovendo a prestação de contas e a transparência.
5. **Fornecer uma perspetiva de longo prazo:** Os planos setoriais tendem a ter prazos mais curtos, enquanto alguns dos objetivos dos planos de desenvolvimento nacionais podem exigir uma visão e um empenhamento a longo prazo. Reunir estes dois planos e assegurar que a política sectorial está alinhada com o quadro nacional mais amplo ajuda a assegurar uma perspetiva de longo prazo no processo de planeamento do desenvolvimento.

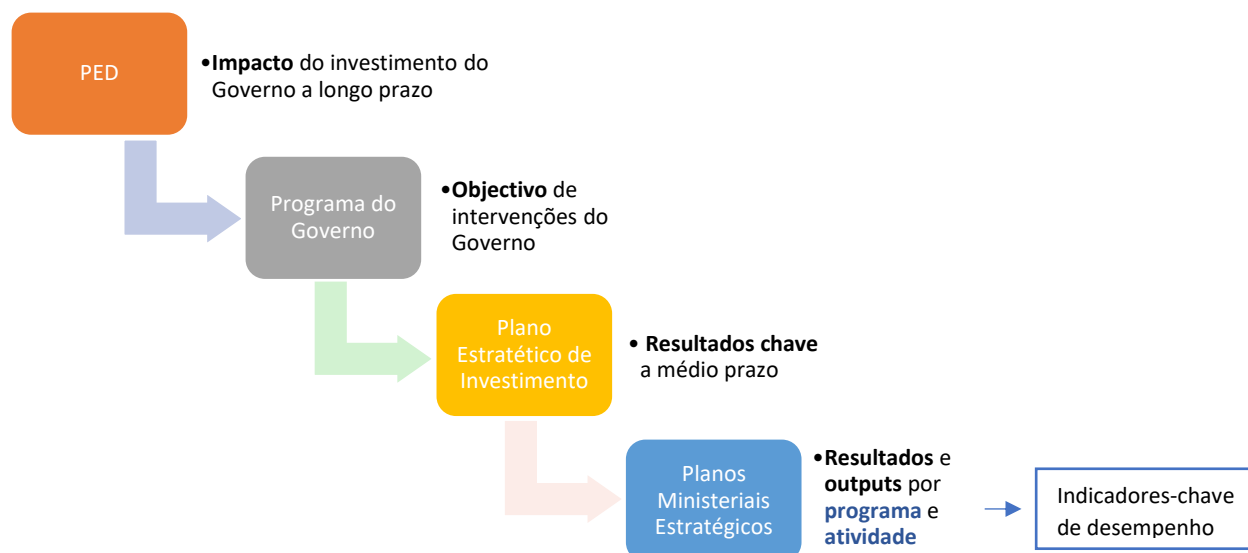
Alinhamento entre PED, PEI e Planos Estratégicos do Ministério

O elemento-chave na conceção deste plano foi, em primeiro lugar e acima de tudo, garantir o alinhamento. Isto significa criar um sistema em que os investimentos possam ser medidos e os seus resultados e impactos estejam alinhados com os do PED.

Tal será alcançado através do desenvolvimento de um Quadro de Monitorização do Desempenho pelo Ministério das Finanças e pelo Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico que ligará explicitamente o exercício de planeamento orçamental (através de programas e atividades) ao PED através de revisões das estratégias setoriais individuais para apoiar o esforço de coordenação e alinhamento e também para fornecer ao Governo um quadro de monitorização e avaliação relevante para apoiar a implementação do Programa do Governo.

A ideia é ter um plano que permita que o desempenho de cada Ministério esteja ligado tanto ao programa de Governo como ao PED.

A próxima etapa será alinhar totalmente este plano com a estrutura do orçamento-programa/PAA de cada Ministério e associá-lo ainda mais ao sistema de avaliação de desempenho de cada diretor-geral e chefe de agência governamental.



Gestão de Riscos

O Quadro de Gestão do Desempenho incluirá também uma componente de Gestão de Riscos que delineará a identificação e avaliação de potenciais riscos e desafios que possam impedir a implementação bem-sucedida do plano. Incluirá igualmente planos de contingência para atenuar estes riscos e fazer face aos desafios.



Próximos passos

O atual sistema de gestão financeira pública não apoia necessariamente a execução do Plano Estratégico de Investimento (PEI) na medida em que, recentemente, o nível de burocracia prevaleceu sobre o grau de transparência e responsabilização. Foi por esse motivo que algumas alterações já foram feitas durante o processo do orçamento retificativo e do orçamento de 2024. O objetivo no futuro será rever as leis e os sistemas de orçamentação e planejamento, a fim de garantir que são adequados à sua finalidade, em termos de assistência ao governo na execução do Plano Estratégico de Investimento.

Este processo envolverá a avaliação das leis e sistemas vigentes, a fim de verificar se estão bem alinhados com os objetivos e prioridades do Programa de Governo e do PEI, e se fornecem as ferramentas e mecanismos necessários para apoiar a sua implementação.

Com base na avaliação e nas consultas das partes interessadas, serão identificadas áreas específicas em que a legislação e os sistemas de orçamentação e planejamento necessitam de ser melhorados para um melhor alinhamento com o PEI. Tal pode incluir a racionalização dos processos, o reforço da transparência e da responsabilização, a incorporação de uma orçamentação baseada no desempenho ou a melhoria da coordenação entre diferentes agências governamentais.

Com base nas áreas de melhoria identificadas, o Ministério das Finanças conduzirá o desenvolvimento de um plano abrangente para a reforma das leis e sistemas orçamentais e de planejamento. Tal pode implicar a elaboração de nova legislação, a alteração da legislação existente, a criação de novos processos ou instituições ou o reforço das iniciativas de reforço das capacidades.

Monitorização e avaliação

Será necessário estabelecer um sistema abrangente e transparente de monitorização e avaliação não só para o PEI, mas também para o Programa de Governo durante 2024. O Ministério das Finanças e o Ministério do Planejamento e Investimento Estratégico terão assim como objetivo conceber e implementar um sistema de gestão de desempenho que permita ao Governo e ao público acompanhar e monitorizar os progressos face ao PDS, SIP e Programa de Governo.

Os elementos deste design incluirão:

- Ligar estes processos à gestão do desempenho individual no serviço público, ligando os indicadores aos KPI's individuais dos funcionários superiores.
- Vinculando esses investimentos mais diretamente ao sistema de orçamento do programa.
- Permitir um sistema transparente de relatórios no estilo *dashboard* para facilitar os mecanismos de transparência e prestação de contas, tanto públicos como privados, para garantir uma procura contínua para a entrega dos investimentos delineados no programa de governo.

O objetivo geral será estabelecer mecanismos de monitorização e avaliação da implementação e do impacto na capacidade do governo para cumprir o seu Programa e o PEI. Tal ajudará a identificar quaisquer outros ajustamentos ou melhorias necessárias. Por conseguinte, o processo deve ser encarado como iterativo e contínuo.

À medida que o PEI evolui e surgem novos desafios, será necessário continuar a avaliar e aperfeiçoar a legislação e os sistemas para garantir que continuam a ser adequados à sua finalidade.

